

Virtudes e Vícios em Depoimentos da CPI da Pandemia: Retórica e Análise Textual dos Discursos em Interface

Sueli Cristina Marquesi

Andréa Pisan Soares Aguiar

Considerações iniciais

Neste capítulo, relacionamos o aporte teórico oferecido pela Retórica, em especial, aquele que nos permite abordar os vícios e as virtudes, o *logos* e a argumentação, aos procedimentos analíticos da Análise Textual dos Discursos (ATD), em seu nível 5 de análise textual discursiva¹, em que estão inscritas as sequências textuais, entre elas, as descritivas e as argumentativas, que contemplamos neste trabalho.

Tendo em vista esse exercício reflexivo, estabelecemos a seguinte pergunta a ser respondida: como virtudes e vícios se corporificam nos discursos de dois depoentes na CPI da Pandemia, por meio dos tipos de argumentos e das sequências textuais descritivas e argumentativas? Diante desta pergunta, temos, pois, como objetivo, neste estudo, verificar como os tipos de argumentos e as sequências textuais presentes nos discursos de dois depoentes da CPI se inter-relacionam na construção/expressão de comportamentos virtuosos e viciosos.

Com vistas a alcançarmos esse objetivo e respondermos à questão explicitada, organizamos o capítulo em cinco seções, além destas considerações iniciais, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, tratamos dos vícios e das virtudes com base na ética aristotélica; na segunda, abordamos o *logos* e a argumentação como elementos do discurso retórico destinados a persuadir; na terceira, apresentamos o quadro teórico pertinente às sequências textuais, discorrendo, em suas subseções, sobre as sequências

1 Adam, 2011.

textuais descritivas e as argumentativas, bem como sobre os tipos de argumentos; na quarta seção, contextualizamos a Comissão Parlamentar de Inquérito; na quinta seção, procedemos à análise de dois trechos de depoimentos, respectivamente, dos ex-ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Eduardo Pazuello, e à sua discussão.

Vícios e virtudes

A filosofia aristotélica é marcada pelo senso teleológico, ou seja, está fundamentada na noção de que tanto os seres quanto o universo direcionam-se a uma finalidade que, por transcender a realidade material, é inalcançável de maneira plena ou permanente. Em outras palavras, a toda ação humana corresponde um fim último, denominado eudemonia, visto como um bem supremo.

Em *Ética a Nicômaco* (2021), Aristóteles ensina que o homem é um ser racional e que a razão, o pensamento, é a sua essência; é a razão que constitui o meio para alcançar o fim, o sumo bem. É nela que está a virtude do homem, a raiz da qual emana a ação, em conformidade com o bem; trata-se, pois, de um hábito, que deve se mostrar de forma ativa, ou seja, o ser virtuoso, considerado apenas como uma qualidade, não tem utilidade. Para ser virtuoso, é preciso agir de modo virtuoso, fazer com que a virtude seja uma prática do ser e não apenas uma qualidade.

Com isso, Aristóteles quer dizer que nos tornamos virtuosos praticando a virtude, justos realizando ações justas, temperantes realizando ações comedidas. A virtude não nasce com o homem, mas é adquirida ao longo da vida, promovendo, assim, a transformação do ser, uma vez que aprimora a boa conduta daquele que a possui.

De acordo com o pensador, duas são as espécies de virtude: a virtude intelectual e a virtude moral. A primeira tem como objeto o prazer e a contemplação, requer tempo e experiência para se desenvolver, uma vez que é adquirida por meio do aprendizado; a segunda tem como objeto os atos da vida prática, e é adquirida por meio do hábito, pelo exercício de ações virtuosas.

O caminho para a realização de tais ações é o da moderação; um sentimento ou um ato sendo deficiente ou excessivo tende ao vício. Por exemplo, a falta ou o excesso de ingestão de alimentos leva o corpo à debilidade; o mesmo ocorrendo em relação à falta ou ao excesso de coragem: alguém é covarde por temer tudo e não fazer nada, o que Aristóteles designa como vício por deficiência; é temerário aquele que excede na coragem e deseja o perigo antes que esse aconteça, o que o filósofo denomina vício por excesso.

Uma vez que a virtude é a moderação, os sentimentos e as paixões referem-se ao excesso ou à deficiência, extremos em meio aos quais a primeira se situa. Assim, temos, por exemplo, a virtude da gentileza, em cujos polos opostos estão a indiferença e a iras-

cibilidade; a virtude da temperança, que está entre a insensibilidade e a libertinagem; a virtude da magnificência, entre a vileza e a vulgaridade, polos que representam, respectivamente, vícios por deficiência, caracterizados pela ausência completa de um sentimento, capacidade ou disposição, e vícios por excesso, caracterizados pela posse completa deles.

O grau conveniente, ou ponto ideal, em que está a virtude, não diz respeito exatamente a uma dicotomia, em vez disso, o filósofo propõe um justo meio, a mesotés, conceito que permeia toda moral aristotélica. A virtude ora está mais próxima do excesso, ora mais próxima da deficiência, resta-nos saber como alcançar a medianidade; uma vez que atingi-la é difícil, agir de forma virtuosa não é uma tarefa simples. Aristóteles ensina que o melhor a fazer é analisar as inclinações que nos levam mais a um extremo oposto, já que, conhecendo-as, podemos evitá-las e, dessa forma, alcançamos mais facilmente o grau conveniente.

A fim de procedermos dessa maneira, uma virtude é primordial: a prudência, uma das quatro virtudes norteadoras da conduta humana, ao lado da justiça, da coragem e da temperança. Prudência é a virtude do lado racional, organizadora dos esforços direcionados à obtenção da felicidade², que possibilita julgar aquilo que deve ser escolhido na vida e aquilo que deve ser evitado. Justiça é a virtude da alma, que leva o indivíduo a repartir algo de acordo com o devido, salvaguardar as leis escritas, dizer a verdade e proteger acordos. Coragem é a parte animosa pela qual o indivíduo torna-se imperturbável a temores relativos à morte e ousado diante dos perigos. Temperança é a virtude que leva o homem ao meio-termo entre o excesso e a deficiência em relação às suas ações.

Ao pensarmos em prudência, somos remetidos ao sentido de ter cautela no agir, no entanto, em um significado mais amplo, ela está relacionada à ação de tomar a decisão certa em determinado momento. Em sua exposição acerca dessa virtude, Aristóteles esclarece que o indivíduo prudente é aquele que sabe deliberar bem, ou seja, que calculou de forma acertada para chegar a uma boa finalidade. O prudente, assim, é aquele capaz de julgar o que é bom tanto para si mesmo quanto para os demais indivíduos, qualidade que deve ser observada naqueles que governam, como é o caso de homens de Estado, que devem representar o governo da razão, esta responsável por equilibrar a conduta humana, mantendo-a distanciada dos impulsos da animalidade.

2 Na concepção de Aristóteles, felicidade remete a algo interior e espiritual, à plenitude da vida e à perfeição do ato da alma, que requer que o indivíduo tenha uma condição natural afortunada. Por exemplo, no entendimento do filósofo, uma pessoa doente não poderia ser plenamente feliz, assim como um escravo que, sem ter a plenitude da vida, não poderia alcançar a felicidade.

Logos e argumentação – o discurso retórico

Podemos entender o sistema retórico como um aparato discursivo do qual nos valem para convencer ou persuadir uma pessoa ou um auditório em relação a alguma questão. De maneira a alcançar seu objetivo primeiro, que é persuadir e obter a adesão da audiência às teses e ideias expostas, o orador utiliza-se de meios racionais e efetivos em termos de persuasão, o que faz com que a Retórica seja, além de uma arte, um conjunto de técnicas destinadas a tornar o discurso dotado de uma dimensão de verdade.

Nesse sentido, Citelli (2004) explica que a Retórica não tem como intuito assumir uma atitude ética, uma vez que não visa a verificar se algo é verdadeiro ou não, mas busca assumir uma atitude analítica, pois cabe a ela examinar quais são os mecanismos empregados para conferir a algo dimensão de verdade. Ao contrário da ciência, fundamentada na demonstração, na comprovação e na ideia de verdade, funda-se em conteúdos que desejam ser verdadeiros, como inscrito na própria etimologia da palavra *persuadir*, *per* + *suadere*, que significa *aconselhar*, ou seja, alguém aconselha o outro acerca de algo sobre o que está sendo afirmado.³

Dessa forma, como defende Perelman (2000), podemos aderir a uma tese não só por sua veracidade, mas também por ela nos parecer mais oportuna, mais útil, mais razoável ou mesmo mais adequada à situação, e há certos casos, considerados como excepcionais pelo autor, em que preferimos outros valores à verdade, talvez porque nos sirvam a determinados interesses.

Da perspectiva do autor, a argumentação centra-se no discurso dos valores, e não no discurso do real. Em outras palavras, o que

se opõe ao verdadeiro só pode ser falso, e o que é verdadeiro ou falso para alguns deve sê-lo para todos; não se tem de escolher entre o verdadeiro e o falso. Mas aquilo que se opõe a um valor não deixa de ser um valor, mesmo que a importância que lhe concedamos, o apego que lhe testemunhemos não impeçam de sacrificá-lo eventualmente para salvaguardar o primeiro. Nada garante, aliás, que a hierarquia de valores de um será reconhecida por outro.⁴

Entendemos, assim, que a escala de valores orienta a argumentação e o posicionamento da audiência, esta que o orador quer atingir por meio de seus argumentos. Nessa dinâmica retórica, não importa se o que o orador profere é a verdade, no sentido

³ Citelli, 2004.

⁴ Perelman, 2000, p. 146.

de “construção social”; pode ser apenas verossímil, “algo que brinca de verdade; que se assemelha ao verdadeiro”, que tem “efeito de verdade”.⁵ O auditório é que dará seu aval àquilo que considera crível e digno de ter sua confiança, e considerará o orador bom o suficiente para persuadi-lo a ponto de fazê-lo assentir à tese apresentada.

No discurso, conforme esclarece Aristóteles (2013), encontramos as provas de persuasão, denominadas provas intrínsecas, criadas por meio dos próprios recursos retóricos. Elas são de três espécies: *ethos*, centradas na credibilidade moral do orador, na sua virtude, na sua honra, na confiança que lhe é dada; *pathos*, centradas no auditório, na maneira como ele se dispõe a fazer algo movido por crenças e paixões; *logos*, centradas no discurso, na razão, naquilo que demonstra ou parece demonstrar.

Já as provas extrínsecas originam-se não no discurso, mas em uma fonte externa, no mundo exterior à Retórica. O orador as utiliza de forma a favorecê-lo; são empregadas para provar uma intenção, garantir a veracidade de uma ideia ou de um fato, por exemplo. Entre tais provas, temos, como elenca Ferreira (2010), citações de autoridades, os termos da lei, as testemunhas e a impressão digital.

Os meios de persuasão valem-se, então, das provas retóricas, que vão das mais subjetivas, *ethos* e *pathos*, às mais objetivas, *logos*, que têm relação com a construção coerente do raciocínio. De acordo com Ferreira⁶, o *logos* é responsável pelo discurso persuasivo, possibilitando-nos demonstrar o que parece ser verdade sobre um assunto.

Como propõe Aristóteles (2013), há duas estratégias lógicas principais para o desenvolvimento do raciocínio lógico, que são as provas dedutivas: o entimema, raciocínio dialético dedutivo, e o exemplo, raciocínio indutivo. Ferreira (2010) observa que o discurso que visa à persuasão deve trazer as provas dedutivas, pois são elas que sustentam a argumentação.

Os entimemas são dois: demonstrativo, em que se chega a uma conclusão por meio de premissas com as quais o auditório concorda, e refutativo, em que se chega a uma conclusão com a qual o auditório não concorda. Já o conceito de exemplo de Aristóteles, de acordo com Reboul (2004), é diferente daquele que conhecemos. Para o filósofo, exemplo refere-se a fatos que ocorreram certa quantidade de vezes e ajudam a prever fatos futuros. Temos dois tipos de exemplo: relativos a fatos passados, que constituem argumentos históricos, e hipotéticos, que são criados pelo orador.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), na obra *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*, apresentam os elementos de base da Retórica tradicional, mas ampliam sua abordagem ao tratar não apenas da apresentação oral dos argumentos, mas também de

5 Citelli, 2004, p. 14-15.

6 Ferreira, 2010, p. 78.

sua estrutura lógica, ou seja, das técnicas linguísticas utilizadas para convencer e persuadir o auditório, entre elas, o *logos*.

Os autores relacionam às estratégias do *logos* quatro tipos de argumentos: os argumentos quase lógicos, os que se fundam na estrutura real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos que dissociam uma noção.

Os argumentos quase lógicos são semelhantes aos raciocínios lógicos e matemáticos, pois sua estrutura lembra os argumentos da lógica formal, mas não têm o mesmo rigor por não terem valor conclusivo, uma vez que não se pode eliminar da linguagem toda ambiguidade e as múltiplas possibilidades de interpretação.⁷ Esses argumentos se favorecem dessa proximidade para parecerem potentes e críveis. Nessa categoria de argumentos, podemos citar a contradição, a incompatibilidade, os argumentos de reciprocidade, de comparação e os argumentos pelo sacrifício.

Os argumentos que se fundam na estrutura do real apoiam-se naquilo que o auditório acredita ser real, no seu entendimento dos fatos, verdades e presunções, não no entendimento objetivo desses elementos. Tais argumentos apoiam-se na experiência, e não na lógica, uma vez que estão baseados na relação entre as coisas e os fatos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, o aspecto central não é a “descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, serem tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”.⁸ O argumento da autoridade, de superação e do desperdício são alguns dos exemplos desse tipo de argumento.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real, por sua vez, são os que generalizam algo com base em um caso particular, ou que transpõem para outro domínio o que é aceito em um domínio específico. Tais argumentos operam por indução e por analogia, estabelecendo generalizações e regularidades. Podem ocorrer de três modos: pelo exemplo, pela ilustração e pelo modelo, ou antimodelo.

Já os argumentos por dissociação visam a solucionar uma incompatibilidade do discurso a fim de que seja restabelecida uma visão coerente com a realidade. Segundo Ferreira (2010), a dissociação resulta da desvalorização de algo que até então era aceito.

Refletindo sobre os argumentos, do ponto de vista da Retórica em relação com suas respectivas construções, consideramos importante trazer aspectos teórico-analíticos da Análise Textual dos Discursos, especificamente, os que se referem às sequências textuais, nelas enfocando as descritivas e as argumentativas, como discutimos na seção a seguir.

7 Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005.

8 Ibid., p. 298.

Sequências textuais

No quadro de seu estudo de 2011, Adam define as sequências textuais como unidades textuais complexas, dotadas de organização interna própria, na qual seus elementos são ordenados hierarquicamente. Essas unidades são formadas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, denominados de macroproposições, as quais se ligam entre si e, assim, ocupam posições definidas no todo ordenado em uma dada sequência textual.

Diferentemente dos períodos simples, as macroproposições que formam uma sequência organizam-se com base em combinações pré-formatadas, as quais correspondem a cinco tipos de sequências, denominados sequências explicativa, narrativa, descritiva, argumentativa e dialógica, considerados relações macrossemânticas presentes no repertório de conhecimentos dos indivíduos.

Uma vez que todo texto traz em si uma orientação argumentativa⁹ e que é formado por sequências textuais, entendemos que estas, independentemente da tipologia, trazem também uma visada argumentativa, cujo intuito é buscar a adesão do outro a determinado ponto de vista.

Cavalcante *et al.* (2020) esclarecem que a persuasão refere-se à mobilização de uma série de recursos e estratégias com vistas a influenciar o outro, no intuito de fazê-lo aderir a um posicionamento ou de influenciá-lo em relação a um modo de perceber o mundo. Entre essas estratégias, podemos destacar, de modo mais específico, neste estudo, as sequências textuais descritivas e as argumentativas, que passamos a expor.

Sequências descritivas

Adam (2011) esclarece que a descrição não comporta um reagrupamento pré-formatado de proposições em encadeamentos ordenados de macroproposições, por isso sua caracterização sequencial é menos rígida em comparação às outras sequências, além disso, ela pode aparecer em enunciados mínimos, nesses casos, pode estar encaixada em outras sequências textuais.

Quanto à composição textual das sequências descritivas, o autor elenca um conjunto de operações linguísticas de base constituídas por proposições agrupadas em períodos, cuja extensão, variável, e organização são ordenadas por um plano de

9 Amossy, 2017.

texto. Tais operações, as macro-operações, são quatro: 1) operações de tematização, as quais nomeiam e colocam em evidência um todo; 2) operações de aspectualização, as quais expõem as partes do todo, ou seja, fragmentam de modo a evidenciar as partes do ser descrito; 3) operações de relação, as quais ocorrem por contiguidade (situação temporal ou espacial) ou por analogia (comparação ou metáfora); 4) operações de expansão, as quais ocorrem por subtematizações, que evidenciam que a extensão de uma descrição se dá pela adição de determinada operação a uma operação anterior, reforçando a dependência entre as sequências. Essas operações de base, por sua vez, envolvem nove operações descritivas, as quais geram vários tipos de sequências descritivas de base.

Marquesi (2017, 2018), ao buscar aprofundamento sobre a expressão do descritivo em diferentes gêneros, estabelece um importante diálogo entre as operações propostas por Adam e o que anteriormente tratou como categorias do descritivo – da designação, da definição e da individuação –, de acordo com a perspectiva da tipologia textual.¹⁰ A autora evidencia, nesses estudos, de um lado, a correlação entre designação, tematização e retomatização, e, de outro lado, entre definição e individuação e as operações de aspectualização e relação, focalizando a importância da sequência descritiva para a progressão textual argumentativa de um texto.

Em trabalho desenvolvido à mesma época, sobre planos de texto e sequências textuais, Marquesi, Elias e Cabral ressaltam ser possível afirmar que “ao designar, tematizar ou nomear um ser/objeto, o produtor já indica a orientação argumentativa do texto, que se manifestará pelas escolhas lexicais e sintáticas para qualificar, localizar, situar esse objeto, em função de um querer dizer”.¹¹ Essa perspectiva reforça o ponto de vista defendido por Adam (2011), segundo o qual a atribuição mínima de um predicado a um sujeito sempre revela a posição do sujeito enunciador, ou seja, sua atitude subjetiva.

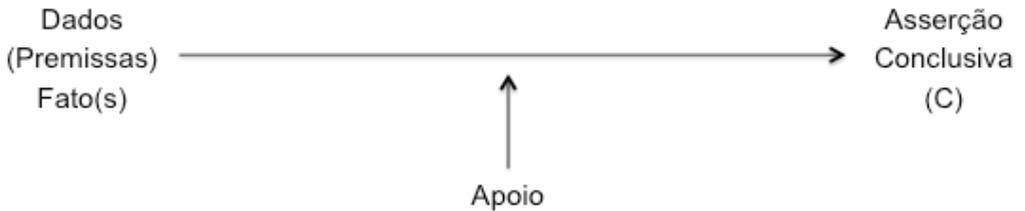
Sequências argumentativas

Para as sequências argumentativas, Adam (2011) propõe três elementos de base em sua composição: dados, apoio e asserção conclusiva, em esquema que apresentamos na Figura 1, a seguir:

¹⁰ Marquesi, 2004.

¹¹ Marquesi; Elias; Cabral, 2017, p. 19.

Figura 1 – Esquema de base da sequência argumentativa

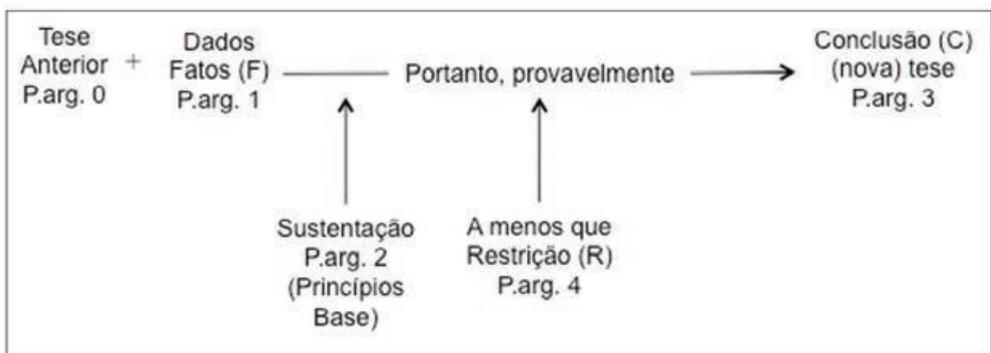


Fonte: Adam (2011, p. 233).

Para o autor, o ato de argumentar envolve a apresentação de um raciocínio que tem como objetivo principal demonstrar ou refutar uma tese. Para fazermos isso, valemo-nos de premissas e utilizamos determinados argumentos, que são os dados ou fatos, para chegarmos a uma conclusão.

Esse movimento, como destacam Marquesi, Elias e Cabral (2017), indica a existência de um princípio dialógico, segundo o qual, no discurso argumentativo, está presente o contradiscurso, efetivo ou virtual, tal como apresentado por Adam em esquema da estrutura argumentativa mais complexa, como retomamos na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura prototípica da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2011, p. 234).

O autor observa que essa estrutura não é rígida, uma vez que a (nova) tese (P. arg. 3) pode ser apresentada de início e ser retomada, ou não, no final da sequência, por uma

conclusão que a repete. Além disso, a tese anterior (P. arg. 0) e a sustentação (P. arg. 2) podem estar subentendidas. Há, ainda, nesse esquema, dois níveis: o nível justificativo, em que a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos colocados, e o nível contra-argumentativo, em que a estratégia argumentativa busca transformar os conhecimentos.

Tendo exposto os elementos teóricos que nos dão os subsídios para a realização da análise que empreendemos na seção 5, passamos, a seguir, à contextualização da CPI da Pandemia.

A Comissão Parlamentar de Inquérito

A base legal que sustenta a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está na Constituição Federal, em seu artigo 58, parágrafo 3 (BRASIL, 2021)¹². Trata-se de um procedimento por meio do qual o Parlamento exerce sua atividade de fiscalização de um fato determinado. Com prazo definido de duração, a CPI pode ser criada por meio de requerimento assinado por um terço dos membros das Casas de senadores e deputados, 27 e 171, respectivamente.

Entre suas atribuições, como assevera Botacini (2021), a CPI tem poder de investigação próprio de autoridades judiciais, o que lhe permite inquirir testemunhas, ouvir suspeitos, prender em caso de flagrante delito, requisitar informações e documentos, tomar depoimento de autoridades, requisitar presença de ministros de Estado, quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados. Entretanto, há limitações, por exemplo, uma Comissão não tem poder de julgar nem de punir investigados, não pode determinar medidas cautelares, como prisão provisória, indisponibilidade e sequestro de bens, nem de apreender passaporte.

Na primeira reunião do colegiado, ocorre a eleição do presidente e do vice-presidente, posteriormente, designa-se o relator. Geralmente, um acordo assegura às bancadas a presidência e a relatoria. O relator é responsável por apresentar o cronograma de trabalho e os procedimentos administrativos a serem adotados, bem como a linha de investigação.

12 “Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. [...] § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.” Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_58_.asp. Acesso em: 30 jun. 2021.

No caso de ser necessário prorrogar os trabalhos, o requerimento destinado à tal solicitação deve ser assinado por um terço dos parlamentares. Ao final de sua vigência, a Comissão deve encaminhar um relatório conclusivo ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, para que sejam definidas as responsabilidades civis e criminais dos infratores ou para que sejam adotadas as medidas legais.

Em se tratando especificamente da CPI da Pandemia, ela foi instalada em 27 de abril de 2021, quando houve a primeira reunião, tendo por finalidade apurar ações e eventuais omissões do Governo Federal durante a pandemia do novo coronavírus. O senador Randolfe Rodrigues, do partido denominado Rede, por meio de requerimento, solicitou a apuração dos atos do governo Jair Bolsonaro, tendo em vista o colapso dos sistema de saúde do estado do Amazonas, e, da mesma forma, o senador Eduardo Girão, do Podemos, da base governista, pediu a investigação dos repasses federais a estados e municípios.

No âmbito deste estudo e considerando a delimitação aqui estabelecida, a título de exemplificação, selecionamos trechos de dois depoimentos¹³, a fim de verificarmos como se manifestam os vícios e as virtudes: um trecho refere-se ao depoimento do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, realizado em 4 de maio de 2021¹⁴; o outro se refere ao depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello, realizado em 19 de maio^{15, 16}. Os trechos têm a mesma temática: a falta de oxigênio em Manaus, cujo auge se deu em janeiro de 2021, e foram selecionados em razão de sua repercussão nacional e internacional.

Na sequência, passamos à análise propriamente dita.

Análise

Excerto 1

[...] em tempos de epidemia, você tem que ter a unidade, você tem que ter a fala única. Esse vírus, ele não ataca o raciocínio, não é individual, ataca a sociedade como um todo [...], ele ataca o sistema de saúde ao ponto de derubá-lo e aí sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite,

13 Ambos os depoimentos foram realizados de forma presencial, na CPI da Pandemia e tiveram, em média, sete horas de duração cada um.

14 O depoimento do ex-ministro, na íntegra, está disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>.

15 A data inicial estipulada pela CPI para o depoimento do ex-ministro Pazuello foi 5 de maio, mas, em razão de ele ter tido contato com pessoas acometidas pela Covid-19, uma nova data, 19 de maio, foi estabelecida.

16 O depoimento do ex-ministro, na íntegra, está disponível em: <https://bitlybr.com/t5souj0J>.

quem tem, lá em Manaus, por exemplo, tinham 70 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio e acaba oxigênio, você faz o quê? [...] você começa a fazer mortes correlatas e etc. Então, você tem sim esse impacto, porque houve uma ruptura, né? [...] Vocês passaram uma epidemia em 2019, de H1N1, dura, que nós conseguimos no final das contas a questão das vacinas, uma epidemia em 2020, aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário e uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio, que foi pra mim a coisa mais grave que eu vi até agora. Então, acho que ali, Vossa Excelência, eu tô à disposição, assim, pra depois nós debruçarmos e o que que eu posso ajudar pra que isso não ocorra mais com Manaus [...] Mas não houve, não houve falta de dinheiro e eles tomaram as decisões da compra dos seus equipamentos.

Neste excerto, temos a resposta ao questionamento do senador Eduardo Braga (MDB-AM) a Mandetta, em relação a se os recursos oriundos do Governo Federal foram devidamente repassados.

O ex-ministro inicia a sua manifestação não com a resposta direta; primeiro enfatiza a falta de unidade no discurso do governo, que mostra por meio da tese, P. arg. 0, *em tempos de epidemia, você tem que ter a unidade, você tem que ter a fala única*, para que, assim, seja possível adotar ações para enfrentar de forma efetiva o vírus, que *não é individual, ataca a sociedade como um todo*, incluindo o sistema de saúde. O que o ex-ministro apresenta na sequência, os dados e fatos, servem para mostrar que o governo, por não adotar um discurso uno, teve como resultado um cenário negativo para toda a população.

Identificamos a sequência descritiva com pré-tematização, representada pelo termo “vírus”, em *Esse vírus*; depois, a qualificação, representada pelos segmentos *ele não ataca o raciocínio, não é individual, ataca a sociedade [...], ele ataca o sistema de saúde*. Apoiada em Charaudeau (2008), Marquesi (2018) observa que, ao qualificarmos um ser, atribuímos a ele um sentido particular, que carrega certa subjetividade, ou seja, conferimos ao objeto da descrição um ponto de vista e não outro, o que lhe confere uma visada argumentativa. Essa visada, no caso em tela, vai ao encontro daquilo que Mandetta defende: a incapacidade de o governo enfrentar o vírus.

Já no segmento e *ai sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite, quem tem, lá em Manaus, por exemplo, tinham 70 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio e acaba oxigênio, você faz o quê? [...] você começa a fazer mortes correlatas e etc.*, temos P. arg. 1, macroproposição que traz dados/fatos. Em relação ao tipo de argumento, temos no trecho o argumento pelo exemplo, que serve para fundamentar uma regra, no caso, se uma área de um hospital está sem oxigênio, outras áreas são solicitadas a lhe

fornecer para suprir a falta, o que pode ocasionar mortes generalizadas no hospital, pois outras áreas ficaram sem oxigênio.

Em seguida, o operador argumentativo de conclusão *então* introduz P. arg. 3, a nova tese, *Então, você tem sim esse impacto, porque houve uma ruptura, né?* O ministro evidencia aqui a avaliação em relação às ações do governo, que se deram de forma fragmentada, gerando impacto pela necessidade de ter de lidar com a falta de oxigênio em hospitais e, conseqüentemente, com mortes. Em outras palavras, a falta de união resultou na ruptura entre os poderes.

Mandetta sugere que há um *fator* a ser considerado em Manaus, que expressa por meio de argumento baseado na estrutura do real: *vocês passaram uma epidemia em 2019, de H1N1, dura, que nós conseguimos no final das contas a questão das vacinas, uma epidemia em 2020, aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário e uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio.* Mais especificamente se faz presente aqui o argumento pragmático, baseado na ligação de sucessão que possibilita a análise de algo a partir de suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis.¹⁷

Em seguida, observamos sequências descritivas que concorrem para reforçar o ponto de vista do ex-ministro, qual seja, de que os governos estadual e municipal, respectivamente, Amazonas e Manaus, foram incapazes de administrar a crise gerada pela pandemia, mas que o Governo Federal agiu corretamente, como podemos inferir. Na primeira sequência, *uma epidemia em 2019, de H1N1, dura*, temos as operações de individuação por fragmentação (tipo de vírus: H1N1) e de retematização (*dura*); na segunda, *uma epidemia de 2020 aonde a performance não foi boa nem estadual, nem municipal [...]* temos a operação de fragmentação (a performance estadual e municipal); e na terceira, *uma em 2021, aonde perdeu-se até a noção de oxigênio*, temos uma relação de contigüidade. Essas três sequências têm em comum a relação temporal, que revela que a crise sanitária iniciou antes mesmo da Covid-19.

Na referência à epidemia de 2021, Mandetta avalia a perda da *noção de oxigênio* como a *coisa mais grave que vi até agora*, P. arg. 1, enunciado que, a nosso ver, constitui um argumento de autoridade, pois ele se vale de seu prestígio para assegurar que o governo agiu mal.

Após ter apontado falhas da administração pública durante a pandemia em Manaus – falta de unidade, falha no fornecimento de oxigênio, mortes desnecessárias –, o ex-ministro se coloca como a pessoa capaz de ajudar: *Vossa Excelência, eu tô à disposição, assim,*

17 Ferreira, 2010.

pra depois nós debruçarmos e o que que eu posso ajudar pra que isso não ocorra mais com Manaus. No segmento, identificamos P. arg. 4, que representa um argumento de autoridade, de que o orador se vale para se apresentar como alguém que tem os conhecimentos necessários para fazer com que os erros cometidos antes não mais ocorram; ele, com seus conhecimentos técnicos e científicos, pode colocar a situação caótica de Manaus nos trilhos, mesmo não sendo mais ministro.

Apenas no final do trecho, Mandetta responde ao que foi de fato solicitado, sem, contudo, ressaltar a importância da ação, qual seja, a destinação dos recursos. Temos aqui um argumento de hierarquia dupla, que se baseia na estrutura do real, isso porque a valoração dada aos recursos financeiros destinados ao estado não é a mesma observada em relação à falta de unidade do discurso do Governo Federal, a qual o ex-ministro utiliza para depreciar as ações do governo.

Excerto 2

[...] a empresa White Martins, que é a grande fornecedora, associada à Carbox, que é uma empresa menor, já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início. Começa aí a primeira posição de responsabilidade. Não tem como nos isentarmos essa primeira posição. Cabe o contraponto disso é o acompanhamento da Secretaria de Saúde, que não fez. Se a Secretaria de Saúde tivesse acompanhado de fato e de perto a situação da produção e consumo do oxigênio, preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumido uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente. [...] Vejo aí duas responsabilidades muito claras. Uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara e outra da secretaria de saúde.

Esse excerto também responde a um questionamento do senador Eduardo Braga (MDB-AM), sobre a quem o ex-ministro atribuiria a responsabilidade pela falta de oxigênio em Manaus, se seria responsabilidade da empresa fornecedora, da Secretaria Estadual, ou da equipe de Pazuello.

O ex-ministro inicia sua exposição com uma sequência descritiva que se dá por meio da operação de pré-tematização, em que há a denominação imediata dos objetos do discurso, quais sejam, *a empresa White Martins* e *a Carbox*, posteriormente deno-

minados no curso da sequência, mediante a operação de pós-tematização: a primeira empresa é *a grande fornecedora, associada à Carbox*; a segunda empresa é *uma empresa menor*. Em seguida, por meio da operação de qualificação, na sequência descritiva *já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início*, à Carbox é atribuída a qualidade de consumidora de reserva estratégica de oxigênio e empresa que age de forma evasiva. Pazuello, assim, desqualifica a Carbox como empresa que trabalha para o governo, ainda que associada à White Martins, e a responsabiliza pela falta de oxigênio: *Começa aí a primeira posição de responsabilidade*.

No que se refere ao tipo de argumento, no trecho *a empresa White Martins, que é a grande fornecedora, associada à Carbox, que é uma empresa menor, já vinha consumindo a sua reserva estratégica, e não fez essa posição de uma forma clara desde o início*, temos um argumento que fundamenta a estrutura do real que se dá por meio do argumento pelo modelo, White Martins, a grande fornecedora¹⁸, e do antimodelo, a Carbox, empresa menor, que consumiu reservas de oxigênio e não informou isso a quem deveria, de forma a evitar o colapso.

Logo em seguida, o ministro introduz um contraponto, P. arg. 4, *Cabe o contraponto disso é o acompanhamento da Secretaria de Saúde, que não fez*. Pazuello agora responsabiliza a Secretaria de Saúde, ente público que deveria ter *acompanhado de fato e de perto a situação da produção e consumo do oxigênio, preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumido uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente*, segmento este que constitui P. arg. 2, a sustentação da argumentação do ministro para mostrar como a Secretaria deveria ter agido. Nesse caso, trata-se também, em relação ao tipo de argumento, de um argumento pelo antimodelo, pois evidencia o que órgão público deveria ter evitado.

Por fim, o ministro evidencia as responsabilidades: *Vejo aí duas responsabilidades muito claras. Uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara e outra da secretaria de saúde*, conclusão que representa a tese defendida por Pazuello, da qual ele faz uso para isentar o Ministério da Saúde e o Governo Federal de qualquer responsabilidade pela falta de oxigênio, cujo auge foi observado em janeiro de 2021, quando houve grande ocupação de leitos de UTI em Manaus e aumento da letalidade de pessoas acometidas pela Covid-19.

Entendemos que, embora as responsabilidades possam ser “muito claras” para o ex-ministro, são suscetíveis à refutação, uma vez que o Ministério da Saúde, como ente

18 A White Martins está presente em vários países da América do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. No Brasil, atua desde 1912, quando estabeleceu a primeira fábrica de oxigênio do país. No mundo, conta com 80 mil funcionários. Disponível em: <https://www.praxair.com.br/>. Acesso em: 6 set. 2021.

federal, também era responsável por fornecer diretrizes para que o sistema de saúde público não entrasse em colapso como, de fato, ocorreu. Dessa forma, a responsabilidade imputada à Carbox e à Secretaria de Saúde constitui um argumento quase lógico por incompatibilidade.

Notamos, ainda, que Pazuello se vale do argumento de autoridade, explicitado no uso da 1ª pessoa do singular em *Vejo aí duas responsabilidades muito claras*. Ele se utiliza do próprio prestígio, do *ethos* de ex-ministro para validar sua intenção: imputar responsabilidades e isentar a si mesmo das mortes que ocorreram durante a crise da falta de oxigênio.

De modo a tecermos algumas reflexões sobre a análise, observamos que, no **excerto do depoimento de Mandetta**, há indícios de que seu pensamento se pauta na virtude: ele defende que deveria ter havido unidade no discurso do Governo Federal. Esse comportamento, se não teria sido a solução para a pandemia, poderia ter evitado muitas mortes.

Tendo em vista que a virtude se relaciona à moderação, segundo Aristóteles (2013), entendemos que a preocupação do ex-ministro com a unidade no discurso reflete as virtudes da gentileza, temperança e magnificência, em cujos polos opostos estão, respectivamente, a indiferença, a insensibilidade e a vileza, as quais representariam deficiências do governo, relacionadas ao irracional.

Outro segmento que destacamos é aquele em que Mandetta se coloca à disposição para ajudar, mesmo não sendo mais ministro, a fim de que a situação de falta de oxigênio não ocorra mais em Manaus. Ele se mostra, novamente, um ser que age de modo virtuoso, tem em vista não o próprio bem, mas o bem comum. Trata-se de uma virtude moral, cujo objeto são atos da vida prática, no caso, ele deseja evitar que o problema da falta de oxigênio ocorra novamente.

Mandetta se mostra como um ser virtuoso e elabora seu raciocínio na direção de persuadir o auditório a crer nisso, em contraposição ao governo, vicioso em suas ações.

Em relação ao **excerto do depoimento de Pazuello**, podemos notar que o ex-ministro se dedica a isentar o Governo Federal da falta de oxigênio em Manaus e responsabilizar a empresa Carbox e a Secretaria de Saúde.

De acordo com Aristóteles (2013), é da virtude que emana a ação em conformidade com o bem; mas não basta ter a qualidade de virtuoso, é preciso fazer da virtude uma prática individual, o que não observamos no trecho analisado, uma vez que apenas imputar responsabilidade não significa agir de forma virtuosa, com vistas ao bem comum.

Para o filósofo, a realização de ações virtuosas, como já destacamos, requer moderação. Assim, a nosso ver, a não assunção de responsabilidade por parte do ex-ministro na condução da crise de oxigênio em Manaus revela a inércia do Governo Federal, motivada

pelo temor de agir, impedindo-o de tomar as ações efetivas e necessárias para sanar o problema. Nesse sentido, um ato deficiente que tende ao vício.

Pazuello constrói um raciocínio cujo intuito é fazer crer que o problema da falta de oxigênio não era de competência do Governo Federal, mas da empresa Carbox e da Secretaria de Saúde, por isso não interveio, ainda que a pandemia assim o exigisse.

Considerações finais

Neste trabalho, buscamos relacionar pressupostos da Retórica àqueles da Análise Textual dos Discursos, de modo a refletirmos sobre como os vícios e as virtudes se manifestam nos discursos por meio dos argumentos e das sequências textuais.

Constatamos que esse aporte teórico nos permitiu identificar o sentido dos textos analisados, assim como a intenção de seus produtores, de forma detalhada, em uma situação comunicativa bem específica de uso da língua, a CPI da Pandemia, em que estavam sendo inquiridos os depoentes, a fim de se investigar responsabilidades.

Cada depoente, Mandetta e Pazuello, buscou construir raciocínios, concretizados em discursos, que fossem capazes de persuadir o auditório a acreditar em determinado ponto de vista e no fato de que as ações tomadas foram as corretas.

Nessa direção, analisar os tipos de argumentos e as sequências textuais que concorrem para a produção de sentidos revela-se como estratégia importante para a compreensão dos discursos, que são produtos de uma interação social e refletem um contexto socio-histórico e ideológico.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A Linguística** – Introdução à Análise textual dos Discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coord. da tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. Trad. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Maria Stephania da Costa Flores. Jandira: Principis, 2021. E-book.
- BOTACINI, Guilherme. **UOL Explica**: O que é uma CPI e como ela funciona. 16 abr. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/faq/o-que-e-uma-cpi-e-como-ela-funciona.htm>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. O que é e como funciona uma CPI. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/15/o-que-e-e-como-funciona-uma-cpi>. Acesso em: 30 jun. 2021.

- CAVALCANTE, Mônica *et al.* **Linguística Textual e argumentação**. Campinas: Pontes, 2020.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CPI DA PANDEMIA OUVE O EX-MINISTRO EDUARDO PAZUELLO. Senado Notícias 20 maio 2021 (8h58m46s). Disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- CPI DA PANDEMIA OUVE O EX-MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA. Senado Notícias. 4 maio 21 (9h06m24s). Disponível em: <https://bitlybr.com/ttErtxVV>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo em Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- MARQUESI, Sueli Cristina. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; ELIAS, Vanda Maria; LINS, Maria da Penha Pereira (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador. 2017. E-book.
- MARQUESI, Sueli Cristina. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita: estrutura composicional e sequências textuais descritivas em relatórios técnicos. *In*: GOMES, Alexandre Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Análise Textual dos Discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.
- MARQUESI, Sueli; ELIAS, Vanda Maria da Silva; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.
- PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica – Nova retórica**. Trad. Verginia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. 2. ed. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.